

Matriz de Planejamento de Auditoria

Revisão:

00

<p>ÓRGÃO: JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE ALAGOAS - JUCEAL FUNDO ESTADUAL DE REGISTRO E DO COMERCIO - FUNERC</p>	PORTARIA Nº 006/2018 - DOE 28/02/2018	
	PERÍODO AUDITADO: 2015/2016/2017	
	DATA: 02/03/2018	
	ASSESSORES DE CONTROLE INTERNO: CLEONICE FERREIRA DE CARVALHO/FABIANA CRISTINA MENDONÇA DE FREITAS	

Objetivos do trabalho: Avaliar os atos de gestão sob a ótica dos Princípios da Administração Pública.

Questões de auditoria[1]	Informações requeridas[2]	Fontes de informação[3]	Procedimentos de análise de dados[4]	Membro responsável[5]	Limitações[6]	Possíveis achados[7]
DIÁRIAS	Decreto nº 4.076/2008 e 43.794/2015 para servidor público civil que regulamenta a concessão de diárias.	Processos, siafem/extrator/Portal da Transparência do Estado.	Análise dos processos referente a diárias liberadas.	CLEONICE/FABIANA	O Órgão obedece atentamente ao que determina o Decreto de diária?	Falta de documentos necessários; documentos sem fins fiscais, sem relatório de viagem das atividades desenvolvidas, solicitação de diárias, prestação de contas sem assinatura do chefe imediato e do ordenador de despesa. E sem data.
Estagiários	INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º AMGESP-002/2015, Estabelece critérios a serem observados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, Direta e Indireta, quando da disponibilização de vagas de estágio não obrigatório, na forma que dispõe o Credenciamento nº AMGESP 002/2015, publicado no DOE de 13/03/2017.	Processos, siafem/extrator/Portal da Transparência do Estado.	análise dos processos de pagamento, Controle de frequência e o relatório das atividades desenvolvidas mensalmente.	CLEONICE/FABIANA	O Órgão obedece atentamente ao que determina a legislação de contratação de estagiários?	a) descumprimento da Legislação pertinente, falta de controle de frequência, envio das informações para as faculdades dos estagiários.
Locação de Veículos	1. Decreto nº 1.989/04 que define políticas de gestão para utilização de Veículos Automotores. 2. Resolução Normativa 001/2008 estabelece critérios e procedimentos para solicitação, utilização e devolução de veículos da frota oficial.	Processos, siafem/extrator/Portal da Transparência do Estado.	Análise dos processos referente a locação de veículos, avarias, multas, controle de entrada e saída dos veículos, abastecimento.	CLEONICE/FABIANA	O Órgão obedece atentamente as Políticas de Gestão para utilização de Veículos Automotores ?	a) Falta de Controle dos Veículos; b) Falta de adesivos nos veículos; c) Veículos sendo guiados por servidores não autorizados; d) Veículos dormindo fora do Órgão; e) Veículos com má utilização; f) Falta de Controle na Quilometragem dos Veículos; g) IPVA em atraso; h) Veículos sem manutenção; i) Falta de controle no abastecimento; j) Veículos sem Chip para abastecimento; k) Veículos com manutenção em excesso; l) Veículos no órgão de empresa não credenciada.

Matriz de Planejamento de Auditoria

Revisão:

00

ÓRGÃO: JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE ALAGOAS - JUCEAL FUNDO ESTADUAL DE REGISTRO E DO COMERCIO - FUNERC	PORTARIA Nº 006/2018 - DOE 28/02/2018	
	PERÍODO AUDITADO: 2015/2016/2017	
	DATA: 02/03/2018	
	ASSESSORES DE CONTROLE INTERNO: CLEONICE FERREIRA DE CARVALHO/FABIANA CRISTINA MENDONÇA DE FREITAS	

Objetivos do trabalho: Avaliar os atos de gestão sob a ótica dos Princípios da Administração Pública.

Questões de auditoria[1]	Informações requeridas[2]	Fontes de informação[3]	Procedimentos de análise de dados[4]	Membro responsável[5]	Limitações[6]	Possíveis achados[7]
Material de Consumo	Lei 4.320/1964, Lei 8.666/93, Instruções Normativas da AMGESP de aquisição de material de Consumo.	Processos, siafem/extrator/Portal da Transparência do Estado.	Análise dos processos referente a aquisição de materiais.	CLEONICE/FABIANA	O Órgão obedece atentamente ao que determina o Decreto de diária?	a) sem cotações de preços; b) sem consulta a ata de Registro de preços a AMGESP, c) Fracionamento, d) sem Licitação, favorecimento a empresas.
Passagens aereas	1. Decreto nº 1.780/04 que define a política de gestão para aquisição de passagens aéreas. 2. Decreto nº 4.136/2009 que define a política de gestão para aquisição de passagens aéreas. 3. Instrução Normativa PGF 011/2005 que estabelece procedimentos relativos aos gastos com passagem aérea.	Processos, siafem/extrator/Portal da Transparência do Estado.	Análise dos processos referente a aquisição de passagens.	CLEONICE/FABIANA	O Órgão obedece atentamente as Políticas de Gestão para compra de Passagens Aéreas ?	a) Compra de passagens fora do prazo estabelecido; Processos sem cotações de preços; Compra de passagens fora do SGPA; Compra de passagens fora das empresas credenciadas; Falta de Controle eficiente.
Adiantamentos	Decreto nº 37.119/1997, 37.143/1997 que regulamenta a concessão de Adiantamentos para cobertura de despesas e serviços para atender urgência, emergência ou situações extraordinárias, que possam causar prejuízos ao Estado ou prejudicar o bom serviço público	Processos, siafem/extrator/Portal da Transparência do Estado.	Análise dos processos de solicitação e prestação de contas de adiantamentos de numerários.	CLEONICE/FABIANA	O Órgão obedece atentamente ao que determina o Decreto de Adiantamento de Numerário?	a) Verificar o processo de solicitação pelo servidor da diária; b) Falta de documentos necessários; c) Documentos sem fins fiscais; d) Sem relatório de viagem e atividades realizadas; e) Não servidores recebendo diárias; f) Verificar o processo de solicitação pelo servidor do adiantamento; g) Falta de documentos necessários; h) Documentos sem fins fiscais; i) Sem constar a relação das despesas realizadas; j) Despesas que não podem ser efetuadas com adiantamentos; k) Sem atesto pelo responsável; l) Notas fiscais sem data; m) Despesa efetuada em rubrica da solicitada; n) Despesas "urgentes" sem justificativas.

Matriz de Planejamento de Auditoria

Revisão:

00

ÓRGÃO: JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE ALAGOAS - JUCEAL FUNDO ESTADUAL DE REGISTRO E DO COMERCIO - FUNERC	PORTARIA Nº 006/2018 - DOE 28/02/2018	
	PERÍODO AUDITADO: 2015/2016/2017	
	DATA: 02/03/2018	
	ASSESSORES DE CONTROLE INTERNO: CLEONICE FERREIRA DE CARVALHO/FABIANA CRISTINA MENDONÇA DE FREITAS	

Objetivos do trabalho: Avaliar os atos de gestão sob a ótica dos Princípios da Administração Pública.

Questões de auditoria[1]	Informações requeridas[2]	Fontes de informação[3]	Procedimentos de análise de dados[4]	Membro responsável[5]	Limitações[6]	Possíveis achados[7]
Outros serviços Pessoa jurídica	Lei 4.320/1964, Lei 8.666/93, Instruções Normativas da AMGESP de aquisição de material de Consumo.	Processos, siafem/extrator/Portal da Transparência do Estado.	Análise de documentos e processos de pagamentos	CLEONICE/FABIANA	O Órgão obedece atentamente ao que determina a legislação pertinente?	a) sem cotações de preços; b) sem consulta a ata de Registro de preços a AMGESP, c) Fracionamento, d) sem Licitação, favorecimento a empresas, d) sem contrato de prestação de serviços
Locação de mão de obra	Lei 4.320/1964, Lei 8.666/93, Instruções Normativas da AMGESP de aquisição de material de Consumo.	Processos, siafem/extrator/Portal da Transparência do Estado.	Análise de documentos e processos de pagamentos	CLEONICE/FABIANA	O Órgão obedece atentamente ao que determina a legislação pertinente?	a) sem cotações de preços; b) sem consulta a ata de Registro de preços a AMGESP, c) Fracionamento, d) sem Licitação, favorecimento a empresas.
Obras e Instalações	Lei 4.320/1964, Lei 8.666/93, Instruções Normativas da AMGESP de aquisição de material de Consumo.	Processos, siafem/extrator/Portal da Transparência do Estado.	Análise de documentos e processos de pagamentos	CLEONICE/FABIANA	O Órgão obedece atentamente ao que determina a legislação pertinente?	a) sem cotações de preços; b) sem consulta a ata de Registro de preços a AMGESP, c) Fracionamento, d) sem Licitação, favorecimento a empresas.
Equipamentos e Material Permanente	Lei 4.320/1964, Lei 8.666/93, Instruções Normativas da AMGESP de aquisição de material de Consumo.	Processos, siafem/extrator/Portal da Transparência do Estado.	Análise de documentos e processos de pagamentos	CLEONICE/FABIANA	O Órgão obedece atentamente ao que determina a legislação pertinente?	a) sem cotações de preços; b) sem consulta a ata de Registro de preços a AMGESP, c) Fracionamento, d) sem Licitação, favorecimento a empresas.
Gestão de Pessoas	Diário Oficial; Internet; Acervo do órgão; Folha de pagamento; Constituição Federal e Estadual; Informações dos responsáveis pelo setor de pessoal.	Diário Oficial; Internet; Acervo do órgão; Folha de pagamento; SIAFEM; Constituição Federal e Estadual; Informações dos responsáveis pelo setor de pessoal.	Pastas Funcionais, BA, contratos, convenios e processos de pagamento.	CLEONICE/FABIANA	O gerenciamento dos recursos humanos, a admissão de servidores e terceiros e a concessão de benefícios ocorre de acordo com as normas legais?	a) Concessão de vantagens indevidas; b) Não cumprimento da jornada de trabalho integral; c) Desvio de função; d) Ausência de democratização nas oportunidades de treinamento oferecidas; e) Ausência de uma política de RH que contribua para a valorização do servidor; f) Descumprimento da escala de férias; g) Inobservância quanto às normas legais de segurança e higiene no trabalho; h) Ausência de sindicância para apurar possíveis ilícitos praticados; i) Acumulação indevida de cargos; j) Afastamento ilegal de servidores;

Matriz de Planejamento de Auditoria

Revisão:

00

<p>ÓRGÃO: JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE ALAGOAS - JUCEAL FUNDO ESTADUAL DE REGISTRO E DO COMERCIO - FUNERC</p>	PORTARIA Nº 006/2018 - DOE 28/02/2018	
	PERÍODO AUDITADO: 2015/2016/2017	
	DATA: 02/03/2018	
	ASSESSORES DE CONTROLE INTERNO: CLEONICE FERREIRA DE CARVALHO/FABIANA CRISTINA MENDONÇA DE FREITAS	

Objetivos do trabalho: Avaliar os atos de gestão sob a ótica dos Princípios da Administração Pública.

Questões de auditoria[1]	Informações requeridas[2]	Fontes de informação[3]	Procedimentos de análise de dados[4]	Membro responsável[5]	Limitações[6]	Possíveis achados[7]
------------------------------------------	-------------------------------------------	-----------------------------------------	------------------------------------------------------	---------------------------------------	-------------------------------	--------------------------------------

[1] Apresentar, em forma de perguntas, os diferentes aspectos que compõem o escopo da fiscalização e que devem ser investigados com vistas à satisfação do objetivo.

[2] Identificar as informações necessárias para responder a questão de auditoria.

[3] Identificar as fontes de cada item de informação requerida da coluna anterior. Estas fontes estão relacionadas com as técnicas empregadas.

[4] Ferramentas e técnicas que serão utilizadas para análise dos dados coletados.

[5] Pessoa(s) da equipe encarregada(s) da execução de cada procedimento.

[6] Obstáculos que podem impedir a adequada realização do procedimento de auditoria e, conseqüente, evidencição do achado.

[7] Esclarecer precisamente que conclusões ou resultados podem ser alcançados.